

**O CONDE DE LINHARES E A ECONOMIA POLÍTICA NA ERA DAS REVOLUÇÕES:
BRASIL, PORTUGAL E INGLATERRA, C. 1795-C. 1808.**

Thiago Alves Dias

RESUMO

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, alçou alta representatividade nos planejamentos e estratégias econômicas de superação da crise vivida pela corte portuguesa no final do século XVIII e início do XIX. Homem das ciências, elaborou famosos planos de economia política no contexto da Era das Revoluções, propondo inclusive uma via própria para a crise monárquica portuguesa a partir do estabelecimento do grande Império Luso-Brasileiro, calcado naquilo que chamou de ‘feliz nexo’, uma espécie de organicidade existente entre a metrópole e a colônia, retomando noutros termos os famosos planos outrora defendidos pelo Pe. Antônio Vieira e depois D. Luís da Cunha, notadamente. O Conde de Linhares, juntamente com seu irmão, o Conde de Funchal, foram interlocutores da diplomacia portuguesa na Europa para o apoio e salvaguarda da família real quando do crucial momento em que se optou deixar Portugal, respeitando a integridade física e política da monarquia em detrimento aos ataques das tropas napoleônica. Alicerçados na Coleção Linhares, documentação manuscrita existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, partimos do princípio que a promessa do livre comércio do algodão do Brasil teria sido a pedra de toque para manter a antiga aliança luso-inglesa frente à França nesse contexto, o que se efetivou com a Abertura dos Portos e os tratados pós 1808.

PALAVRAS-CHAVE:

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Economia Política, Algodão, Coleção Linhares.

Nosso ponto de partida é um carta escrita em 21 de outubro de 1797 pelo então novo Ministro e Secretário de Estado da Marinha e de Domínios Ultramarinos de Portugal, o ilustre Rodrigo Domingos de Sousa Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa ou D. Rodrigo de Souza Coutinho, doravante D. Rodrigo, que tinha o título moderno do primeiro Conde de Linhares. Essa carta, endereçada ao Governador e Capitão General da Bahia, deveria também ser extensiva a todos os demais governadores e capitães-mores do Brasil e solicitava que todas as capitanias do Brasil preparassem mapas sobre os habitantes, ocupações dos mesmos, importação, exportação, das produções, “dos preços correntes dos gêneros, [...] do número de navios que entram e saem” e, principalmente, “das produções da capitania, consumo e exportação das mesmas produções”.

Todas essas informações solicitadas por D. Rodrigo visavam apresentar em quais frentes o novo secretário iria combater, expressando assim suas preocupações, e afirmando, diante da Coroa, sobre o “sistema político que mais convém que a nossa Coroa abraça para a conservação dos seus tão vastos domínios, particularmente dos da América, que fazem propriamente a base da grandeza do nosso augusto trono”¹.

De fato, muitos mapas de muitas capitanias foram produzidos. Nos arquivos portugueses e brasileiros estão depositados diversos desse tipo de documento, produzidos entre 1797 e 1808, sobretudo. Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em praticamente todas coleções de manuscritos que se remetam a um atual estado da federação figura um tipo de mapa como esses, chamados por vezes de ‘mapas estatísticos’ produzidos no final do século XVIII e início do XIX a mando do Conde de Linhares.

A produção de mapas estatístico, escrutinados e bem redigidos, fazia parte dos audaciosos planos de economia política de D. Rodrigo. Esse artigo visa divulgar os resultados de uma pesquisa financiada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em que analisamos os manuscritos e impressos contidos na Coleção Linhares sob a guarda da mesma instituição. Nosso objetivo com esse artigo é demonstrar qual o lugar do Brasil nos pensamentos, ações e estratégias de D. Rodrigo de Souza Coutinho frente as questões econômicas e políticas que enlaçavam Brasil, Portugal e

¹ COUTINHO, D. Rodrigo de Souza. Avisos e instruções para D. Fernando José de Portugal, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia. Palácio de Mafra, 21 de outubro de 1797. In: SILVA, André Mansuy Diniz Silva. (Dir.). **D. Rodrigo de Souza Coutinho: textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811)**, vol. 02. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 40.

Inglaterra do fim do século XVIII e início do século XIX, a partir dos textos existentes nessa coleção.

Nossa hipótese é que o Conde, desde sua ascensão à secretário de estado de Portugal em 1795, elaborou e executou ações e estratégias que colocavam o Brasil no centro de suas expectativas e planos para manutenção da riqueza e soberania de Portugal. De acordo com suas estratégias, o principal produto do Brasil que era objeto de comércio a partir de Portugal e de interesse para Inglaterra nesse período foi o algodão. Acompanhando as discussões teóricas de Kenneth Pomeranz e Sven Beckert, o algodão é a chave para entender o mundo moderno, inclusive as grandes desigualdades que o caracterizam, desde a longa história da globalização e a economia política do capitalismo sempre em mudança.

D. Rodrigo e a Coleção Linhares

A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro guarda, entre suas preciosidades existentes na divisão de manuscritos, um acervo documental denominado “Coleção Linhares”. Essa coleção dispõe de, no mínimo, cerca de 1.000 notações e entradas com tipologias documentais variadas, tais como: cartas, considerações, demonstrações, descrições, discursos, ensaios, escritos, instruções, lembranças, mapas, memórias, pareceres, princípios, regimentos, relações, relatos, roteiros, tratados e viagens².

Toda essa documentação pertenceu ou foi colecionada pelo Conde de Linhares, D. Rodrigo Domingos de Sousa Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa, ou simplesmente, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar de Portugal entre 1795 a 1801; Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de Portugal de 1801 a 1808 e, também, Ministro da Guerra do Brasil de 1808 até sua morte em 1812; o Conde de Linhares foi o mais relevante burocrata e agente diplomático no contexto da transferência da família real portuguesa para o Brasil.

Desde sua ascensão ao cargo de Secretário de Estado quando do período do seu retorno enquanto à posição de ministro português na corte de Turim em 1795, D.

² MORENO, Carmen Tereza Coelho. *Coleção Linhares*. Lisboa: CNCDP/Centro de Estudos Damião de Góis, 2000, p. 7.

Rodrigo de Sousa Coutinho colecionou um rico manancial documental e produziu relevantes testemunhos analíticos do seu tempo, hoje distribuídos por diversas instituições e bibliotecas pelo mundo. Tendo acompanhado a corte para o Brasil em 1808, o Conde de Linhares foi o porta-voz da diplomacia portuguesa na Inglaterra para o apoio e salvaguarda da família real quando do crucial momento em que se optou deixar Portugal e partir para o Brasil, respeitando a integridade física e política da monarquia em detrimento aos ataques das tropas napoleônicas.

Nesse sentido, D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi uma personalidade de grande relevo político, tendo alta representatividade nos planejamentos e estratégias econômicas de superação da crise vivida pela corte portuguesa nas primeiras décadas do século XIX. Homem das ciências, elaborou planos de economia política a partir de pensamentos e práticas difundidas nas suas memórias e missivas, sendo as mais importantes também salvaguardadas na BNRJ, tanto na Coleção Linhares, como também na Coleção Carvalho³.

Considerando a importância histórica desse acervo documental e seu vigor interpretativo/analítico, haja vista que, em partes foi colecionada e em partes foi produzida pelo próprio Conde de Linhares, descortinamos parte do pensamento econômico e político de D. Rodrigo de Souza Coutinho, enquanto um agente a serviço da economia política imperial e colonial portuguesa, mas também um indivíduo que inventou suas próprias ideias e práticas da economia política, já tão propalada e discutida nas cortes, círculos intelectuais e academias científicas no século XVIII.

Partimos do princípio que os empreendimentos do Conde de Linhares e sua erudição transformada em ação foram muito além da condução da família real portuguesa para o Brasil e estão aquém mesmo de uma explicação centrada no momento intelectual e ativo de sua carreira enquanto ministro e secretário de estado. Seria necessário perscrutar uma ‘racionalidade’ das ações e atitudes do Conde que somente poderia ser explicada por meio de uma análise da sua formação intelectual, da sociabilidade em que esteve inserido e de sua trajetória de vida, mas também de uma teorização acerca da racionalidade e representação. É desse processo de significação e resignificação de ideias e práticas que circulam na Europa que se

³ BNRJ, *Coleção Carvalho*, notação: II-33, 19, 50; II-30, 36, 40 e II-30, 36, 36. Ver: SILVA, Andrée Mansuy Diniz (Dir.). *D. Rodrigo de Souza Coutinho: textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811)*, vol. 02. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 38.

encontra a racionalidade própria do Conde de Linhares, o indivíduo simbólico, que D. Rodrigo de Sousa Coutinho passa a representar num dado momento de sua trajetória, quando assume cargos estatais⁴.

Por outro lado, é com seu retorno de ministro diplomata português na Itália em 1795 que sobe à condição de secretário de Estado na corte joanina. Como bem apontou o historiador português José Luís Cardoso, entre seu mais famoso escrito de economia política, redigido entre 1797 e 1798, intitulado *Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América* e o manuscrito *Apontamentos em defesa do tratado de comércio de 1810* de 1811, escrito poucos meses antes de sua morte, há mais de um D. Rodrigo de Souza Coutinho. Inicialmente, defensor do reformismo ilustrado e de certa forma na esteira de algumas práticas iniciadas pelo Marquês de Pombal, no final de sua vida política tornou-se um dos defensores dos “*princípios livre-cambistas*”, pró-britânico e economista liberal nos moldes de Adam Smith⁵.

Dada as potencialidades investigativas da Coleção Linhares lançamos nosso olhar em três frentes distintas. Em primeiro lugar, utilizar da perspectiva da História Diplomática e retomar as análises de André Mansuy-Diniz Silva⁶, aprofundando as questões sobre o pensamento e as práticas diplomáticas de D. Rodrigo de Souza Coutinho e o lugar do Brasil em suas estratégias. Em segundo lugar, analisar o colecionismo documental e bibliográfico, bem como o pensamento econômico e político dos textos autorais de D. Rodrigo de Souza Coutinho, retomando assim as análises de José Luís Cardoso⁷, para aprofundar as questões que diziam respeito ao enlace colonial do Brasil com Portugal e as questões econômicas pós-abertura dos portos em 1808 e o comércio com a Inglaterra. E, por fim, analisar as estratégias, políticas e práticas econômicas de D. Rodrigo de Souza Coutinho para o

⁴ Ver CASSIRER, Ernest. **Filosofia das formas simbólicas I** – a linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

⁵ CARDOSO, José Luís. Nas malhas do Império: a economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho. In: _____. (Org.) **A Economia Política e os dilemas do Império Luso-Brasileiro (1790-1822)**. Lisboa: CNCDP, 2001, p. 103.

⁶ SILVA, André Mansuy-Diniz. **Portrait d'un homme d'état, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, comte de Linhares, 1755-1812**. 2 vols. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003-2006.

⁷ CARDOSO, José Luís. **O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808**. Lisboa: Estampa, 1989.

desenvolvimento e promoção do Brasil antes e durante a permanência da família real, tratando especificamente dos atos normativos e fomento a produção de mapas estatísticos do Brasil como uma forma de conhecer o império, salvaguardar os interesses monárquicos portugueses e promover maior aproximação e enlace econômico entre o Brasil e a Inglaterra, sobretudo, no tocante à produção e comércio de matérias-primas, com destaque para o algodão.

Os planos de economia política

A atual conjuntura de produção de conhecimento na área de história econômica tem privilegiado os estudos acerca da economia política e do pensamento e das práticas econômicas elaboradas e praticadas por instituições e agentes diversos. Em escalas distintas de atuação, bem como de circulação de textos e ideias, a economia política tem se relacionado com áreas clássicas da história, porém, ganhando novas metodologias e teorias.

Destacamos os estudos de história econômica e economia política que são empreendidas na interface entre história e diplomacia. Em partes, foi o caso dos estudos da historiadora Andréa Mansuy-Diniz Silva, em que D. Rodrigo de Souza Coutinho é biografado numa obra de fôlego, centrada na vida intelectual e política do biografado entre 1755 a 1812, utilizando-se, em grande medida, dos documentos pessoais do arquivo privado da Casa Linhares, cuja a preservação e salvaguarda pertencem ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa⁸.

Não menos importante foram os estudos sobre o pensamento econômico de D. Rodrigo de Sousa Coutinho produzidos por José Luís Cardoso, revelados também a partir do acervo da Torre do Tombo, juntamente com os manuscritos existentes na Academia de Ciências de Lisboa, ao qual D. Rodrigo foi sócio ativo, além da documentação do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Demonstrou-se nesse trabalho e em outros, como nos de Valentim Alexandre e Nívia Santos⁹, a atuação política e

⁸ CARDOSO, José Luís. Silva, Andréa Mansuy-Diniz, Portrait d'un Homme d'État : D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812, **Ler História**, nº 54, 2008, p. 225.

⁹ CARDOSO, José Luís. Nas malhas do Império: a economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho. In: _____. (Org.) **A Economia Política e os dilemas do Império Luso-Brasileiro** (1790-1822). Lisboa: CNCDP, 2001, p. 105; ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do Império**: questão nacional e questão colonial na Crise do Antigo Regime Português. Lisboa: Edições

intelectual de D. Rodrigo, com destaque para suas ações institucionais enquanto agente do estado, mas também como figura representativa da monarquia, demonstrando sua capacidade de pautar as medidas políticas e econômicas, mas também incidir sobre a opinião pública em diversos níveis institucionais e de interlocutores atentos ao que se passava na corte vivendo no Brasil pós 1808.

Destacamos ainda a relação entre história econômica, economia política e história institucional, presente nos trabalhos de pesquisa que privilegiaram a atuação de D. Rodrigo de Souza Coutinho nas instituições em que compôs quadros administrativos, partindo da análise de sua atuação, tarefas e competências dentro dessas instituições. Como exemplo, citamos os trabalhos das historiadoras Maria Lyra, Ana Silva, Lorelai Kuri e Marieta Carvalho¹⁰. Essas historiadoras utilizaram vasta documentação, sobretudo, as fontes institucional oriundas das secretarias e ministérios em que D. Rodrigo de Souza Coutinho esteve no comando. Destacam-se aqueles guardados no Arquivo Histórico Ultramarino e na Torre do Tombo em Lisboa, para descortinar o lugar do Conde de Linhares enquanto estadista, administrador e erudito.

Enquanto homem ilustrado, D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi analisado a partir de seus interesses por mineralogia, cultura, arte e outros temas humanísticos. Cito, por exemplo, os trabalhos de Juliana Meirelles e Magnus Pereira¹¹, que utilizaram também uma documentação variada como os escritos publicados no Arco do Cego e no Códice Conde de Linhares pertencente a coleção Yan de Almeida Prado, custodiado pelo Instituto de Estudos Brasileiros na Universidade de São Paulo.

Afrontamento, 1993 e SANTOS, Nívia Pombo C. dos. **Dom Rodrigo de Sousa Coutinho**: pensamento e ação político administrativa no Império Português 1796-1812. São Paulo: Hucitec, 2015.

¹⁰ LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A utopia do poderoso império**. Portugal e Brasil: bastidores da política (1798- 1822). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994; SILVA, Ana Rosa Clochet da. **Inventando a Nação**: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros no crepúsculo do Antigo Regime Português: 1750-1822. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006; KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, ciência e saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2009 e CARVALHO, Marieta Pinheiro de. **Estado e Administração no Rio de Janeiro joanino**: a Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil (1808-1821). Tese de Doutorado em História Política. IFCH-UERJ, Rio de Janeiro, 2010.

¹¹ MEIRELLES, Juliana G. **Política e cultura no governo de D. João VI** (1792-1821). Campinas: UNICAMP, 2013 e PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: A política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 498-526, jul./dez. 2014.

As formulações metodológicas para análise das políticas e práticas econômicas através de discursos e dos colecionismos pessoais são tributárias ao historiador francês Jean-Claude Perrot. De acordo com esse historiador, não há hierarquia de relevância entre os textos de economia política, sejam eles grandes tratados ou simples cartas remetidas a indivíduos da governança ou negociantes, por exemplo. O que torna um texto relevante a qualquer debate da economia política é a sua capacidade de diálogo e emergência dos problemas tratados e elencados pelo historiador como relevantes para a explicação do objeto histórico¹². Utilizaremos, portanto, de todo o manancial documental da Coleção Linhares no afã de compor esse emaranhado de narrativas em torno dos objetivos propostos.

Outro relevante aspecto da análise da economia política nos textos é a utilização do conceito de emulação. Sophus Reinert discute o conceito de emulação e a relação entre o pensamento econômico europeu no século XVIII com a circulação e criação de um mercado comum europeu de obras traduzidas e adaptadas sobre economia política e história de políticas econômicas.¹³ Nesse sentido, o debate desenvolvido contribui para entendermos a vitalidade do conceito de emulação e seu emprego na análise das instituições e das práticas e políticas econômicas, a partir não só de uma ideia de originalidade da economia política de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, mas da emulação de ideias que circulavam nesse período, o que justifica analisar não somente os textos autorais, mas também os colecionados.

Dada a amplitude conceitual e muitas vezes a pouca especificação que é aferida ao conceito economia política, buscamos as definições próprias aos pensadores da Era das Revoluções. As formulações teóricas, portanto, que embasam nossas questões relacionadas à economia política, estão relacionadas às concepções defendidas por uma série de formuladores, consagradas através do pensamento de alguns autores, que nesse caso, dada a proximidade temática, escolhemos o negociante português Manuel Joaquim Rebelo (1738-1798), as formulações de Jean

¹² PERROT, Jean-Claude. **Une histoire intellectuelle de l'économie politique**. XVII^e-XVIII^e siècle. Paris: Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1992, p. 7-60 e BOHÓRQUEZ, Jesús. **Luces para la economía**. Libros y discursos de economía política en el Atlántico español durante la era de las revoluciones (Nueva Granada, 1780-1811). Bogotá: ICANH, 2013, p. 13-20.

¹³ REINERT, Sophus. **Translating Empire**. Emulation and the origins of Political Economy. Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press, 2011, p. 13-72.

Baptiste Say (1767-1832) e do economista suíço Jean-Charles-Léonard Simonde de Sismondi (1773-1842).

Emulando, em parte, as concepções de Antoyne de Montchrétien (1557-1621) ao considerar o exercício político do soberano sobre o governo da casa, ou seja, o próprio Reino e, tomando de empréstimo as considerações de William Petty acerca da arte de raciocinar com algarismos sobre as coisas relacionadas ou Estado, ou seja, a ideia de “*political arithmetick*”, Manuel Joaquim Rebelo elaborou no final do século XVIII uma afirmativa em torno das políticas e praticas econômicas adotadas por Portugal e seus secretários, que ele também chamou de economia política. Nesse sentido, a economia política seria “*a parte principal do geral governo de um Estado, e por ela pode o soberano, mais facilmente do que pode por ações extraordinárias, e mais brilhantes, alcançar uma grande glória*”¹⁴.

De acordo com Jean Baptiste Say, em 1803, economia política não podia ser confundida com a política propriamente ou de forma dissociada da economia, pois a economia política teoriza “*como se constituem, se distribuem e se consomem as riquezas que satisfazem as necessidades das sociedades*”. Da mesma forma, Say advoga que “*as riquezas são essencialmente independentes da organização política*” e, portanto, cabe a esse ramo do saber investigar a relação com o Estado. Mais elaboradas são as assertivas de Sismonde de Sismondi que em 1819, definiu a economia política como um ramo específico do governo econômico do Estado, ou seja, o conjunto de políticas e praticas econômicas respaldadas pela “*intervenção do poder político para regular o progresso da riqueza*”. De acordo com Sismondi, a

¹⁴ REBELO, Manuel Joaquim. **Economia política**, 1795. Lisboa: Banco de Portugal, 1992, p. 11. (Col. Obras Clássicas do Pensamento Econômico Português, nº 4). A escolha dessa definição conceitual foi realizada em meio a um número expressivo de obras e autores que conceituaram o termo ainda no final do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX. Dentre muitas acepções e a carácter de exemplo, para o mundo ibérico, citamos: CHICHORRO, José de Abreu Bacellar. **Memória econômico política da Província da Extremadura**, 1795. Manuscrito publicado por Moses Bensabat Amzalak. Lisboa: s/e, 1943. BORGES, José Ferreira. **Instituições de economia política**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1834, p. 1-5; MARRECA, Antonio de Oliveira. **Noções elementares de economia política**. Lisboa: Typ. Contador Mor, 1838, p. 1-4; ESTRADA, Don Álvaro Florez. **Elementos de economía política**. Madri: Don Miguel de Burgos, 1841, p. 7; GARNIER, José. **Elementos de economia política**. Madri: Imprensa Ryvadeneira, 1848, p. 17-18 e outros. As duas primeiras décadas do século XIX também são entendidas por Karl Polanyi como o início da *haute finance*, ou seja, o estágio da economia política onde “*podemos deixar de lado e com bastante segurança, a distinção entre poder político e econômico, entre objetivos econômicos e políticos por parte dos governos*”. POLANYI, Karl. **A grande transformação**. As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 30. Ver ABBOT, Jason. *Haute finance*. In: R. J. Barry Jones. (Ed.). **Routledge Encyclopedia of International Political Economy**. Vol. 02. London/New York: Routledge, 2001, p. 654-655.

noção de governo foi instituída para o bem de todos e se a riqueza faz parte do bem estar, então a economia política de um Estado deve “*zelar para que todos desfrutem dos benefícios da fortuna nacional*”.

Sismonde de Sismondi também defendeu que só podemos falar de economia política a partir do século XVI, sobretudo, quando das elaborações de Jean-Baptiste Colbert (1619-1683), Charles Davenant (1656-1714) e Jean-François Melon (1675-1738), que teorizaram sobre o papel da política e dos governantes para, como nas palavras de Melon, “*aumentar os lucros dos comerciantes, com a condição, claro, de poder compartilhar deles*”. Para alguns teóricos do pensamento econômico e baseado em premissas que resumem suas interpretações, a riqueza de um reino, império ou nação poderia ser aumentada por meio do comércio, no entendimento de Jean-Baptiste Colbert, por exemplo; através da agricultura como defendeu François Quesnay (1694-1774) ou mesmo da indústria, como foi defendido por Adam Smith. Todas essas formas de enriquecimento poderiam, no entanto, ter consequências distintas e, assim, caberia ao Estado regulamentar essa riqueza em prol da grandeza dos estados territoriais e, no século XVIII em diante, das nações¹⁵.

O algodão do Brasil

No que toca às relações econômicas, sobretudo, as questões mercantis que foram objeto de estratégias e emulações de D. Rodrigo de Souza Coutinho em relação ao Brasil, Portugal e Inglaterra, temos algumas considerações de cunho conceitual. O historiador econômico italiano Francesco Boldizzoni afirmou que o movimento norte-americano conhecido como “nova história econômica” ou “cliometria”, surgido no

¹⁵ MONTCHRÉTIEN, Antoyne de. **Traicté de L’Economie Politique**, 1615. Paris: Plon et Nourrit, 1889, p. 11-23; PETTY, William. **Aritmética Política**, 1690. In: William Petty; David Hume; François Quesnay. **Os economistas**. São Paulo: Abril cultural, 1983, p. 101-158; SAY, Jean-Baptiste. **Tratado de Economia política**, 1803. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 39; SISMONDI, Jean-Charles-Léonard Simonde de. **Novos princípios de Economia Política**, 1819. Curitiba: Segesta Editora, 2009, p. 25-52. Ver também: SMITH, Adam. **Sistemas de Economia política**, 1776. In: _____. **A Riqueza das Nações**. Investigação sobre sua natureza e suas causas. (1º ed. 1776). São Paulo: Abril Cultural, 1983, vol. 01, Livro 04, p. 357-412; HECKSCHER, Eli F. **La época mercantilista**. Historia de la organización y las ideas económicas desde el final de la Edad Media hasta la Sociedade Liberal. México: Fondo de Cultura Económica, 1943, p. 459-498; GOMES, Leonard. **Foreing trade and the Nacional Economy**. Mercantilist and classical perspectives. London: Macmillan Press, 1987, p. 12-27; 38-50; CARDOSO, José Luís. **História do pensamento económico português**. Temas e problemas. Lisboa: Livros Horizontes, 2001, p. 54-58 e SCHMOLLER, Gustav. **The mercantile system and its historical significance**, 1884. New York: The Macmillan Company, 1902, p. 59.

final da década de 1950, teve como um dos seus objetivos “*criar narrativas do passado compatível com a economia neoliberal, e muitas vezes é um exercício altamente ideológico para endossar visões do mundo específicas, teorias e recomendações políticas*”. Eficiência, crescimento, desenvolvimento, progresso, evolução, que são conceitos econômicos contemporâneos, foram tratados na história a partir das teorias econômicas, da história quantitativa e serial, sem considerar os problemas do passado. Embora não soe novidade, a solução sugerida por esse autor, mas que busca problematizar as vertentes teóricas assumidas pelo historiadores econômicos contemporâneos, como os institucionalistas, por exemplo, é por uma “*reconstrução da história econômica*”, apelando para um novo pacto entre “*a história e as ciências sociais a fim de contrariar a forma com os economistas têm abusado do passado*”¹⁶. Não seria um paradigma diferente da pesquisa histórica, mas um retorno da narrativa histórica em diálogo com as Ciências Sociais Aplicadas, como foi defendida por Fernand Braudel¹⁷.

Eric Hobsbawm nos informa que as maiores transformações da humanidade eclodiram durante a Era das Revoluções, ou seja, entre a revolução política com destaque para a França em 1789 e a revolução industrial de 1848 com destaque para a Inglaterra. Todos os eventos e processos que se desenrolaram nesse interregno devem considerar o “*triunfo não da indústria como tal, mas da indústria capitalista; não da liberdade e da igualdade em geral, mas da classe média ou da sociedade burguesa liberal*”.¹⁸ Partindo desse princípio, os objetivos de análise propostos para descortinar o lugar do Brasil no pensamento e nas ações de D. Rodrigo de Souza Coutinho devem considerar as relações econômicas, políticas e diplomáticas, mas também puramente mercantis, entre o Brasil, Portugal e Inglaterra, num contexto de exploração colonial e negócios ultramarinos, atestando assim a força de negociação e as estratégias de enlace econômico do Conde de Linhares.

¹⁶ BOLDIZZONI, Francesco. **The poverty of Clio**. Resurrecting economic history. Princeton: Princeton UP, 2011, p. 5-8; 140 e 146-171. Ver tb: BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 1990 e PRADO JR., Caio. História quantitativa e método da historiografia. **Debate e crítica**. Revista quadrimestral de Ciências Sociais, nº 06, Jul. 1975.

¹⁷ DIAS, Thiago A. **Monopólio indireto**: colonização mercantil no Norte do Estado do Brasil (c. 1710-c.1780). Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: USP, 2017, cap. 06.

¹⁸ HOBBSAWN, Eric. J. **A Era das Revoluções**: 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017, p. 20.

Os esforços empreendidos pela Coroa portuguesa para implementar a cultura algodoeira passaram a ser sistemáticos nas partes do Brasil a partir da década de 1750 com as políticas de diversificação da produção agrícola, sendo que esses investimentos na cotonicultura inicialmente se vivificaram no Estado do Grão Pará e Maranhão¹⁹. No entanto, em 1808, Rogério Hunt, negociante inglês, já afirmava que “antes de 1800 era o algodão de Pernambuco muito estimado nas manufaturas inglesas, principalmente pela finura de sua qualidade e aproximada aparência de seda”²⁰. De fato, os incentivos mercantis da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba a partir de seu funcionamento em 1760 para o plantio do algodão no Norte do Estado do Brasil²¹, contribuiu para que Portugal passasse a figurar com um dos principais fornecedores de algodão para a Inglaterra nesse período, juntamente com a produção de outras regiões coloniais. Prova disso foi a criação da Alfândega do Algodão na cidade do Natal, por exemplo. por D. João VI em 1820 “para que não se perca a boa qualidade do algodão e não se diminua conseqüentemente a sua extração”²².

As guerras de independência da América inglesa em relação à Inglaterra contribuiu decisivamente para o rápido incremento dessa cultura agrícola nas partes do Brasil. Na década de 1770, desorganizou-se o comércio de algodão entre as colônias e a Grã-Bretanha, além de que grande parte dos navios e contingentes humanos litorâneos passaram a ser empregados no transporte de tropas e operações de bloqueio contra os revoltosos americanos.

As exportações de algodão do Brasil para a Inglaterra, mesmo depois de estabelecida a paz, com o reconhecimento da independência dos Estados Unidos pela Grã-Bretanha, continuaram a aumentar, sendo Pernambuco, juntamente com o Maranhão, os maiores fornecedores de fardos que seguiam do porto atlântico do Recife para o porto global de Lisboa. Parte da remessa era destinada às fábricas

¹⁹ ARRUDA, José Jobson de Andrade Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII. **Revista USP**, São Paulo, nº 46, p. 66-78, junho/agosto 2000, p. 69 e MATHIAS, Herculano Gomes. **Algodão no Brasil**. Rio de Janeiro: Index, 1988, p. 66.

²⁰ HUNT, Rogerio. Observações sobre o algodão do Brasil para informação do cultivador. *Correio Braziliense*, nº 04, set. 1808, Londres: W. Lewis, Paternoster-Row, 1808, p. 289.

²¹ DIAS, Thiago Alves. **Monopólio indireto**: colonização mercantil no Norte do Estado do Brasil (c. 1710 – c. 1780). Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: FFLCH/USP, 2017, várias páginas.

²² *Decreto de criação da Alfândega de Inspeção do Algodão*. Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 1820. ANRJ, Série Interior, Notação: AI – IJJ2-433.

portuguesa, e a maior parte aos teares ingleses, notadamente, os de Manchester. “*Se o Novo Mundo não tivesse proporcionado quantidades enormes de fibras têxteis*”, como bem afirmou Kenneth Pomeranz, “*a precocidade da Europa na mecanização da fiação e da tecelagem talvez parecesse mais uma curiosidade interessante do que a pedra de toque de uma grande transformação*”²³.

O que podemos depreender desse cenário é que embora a historiografia regional tenha se dedicado aos estudos econômicos e sociológicos da cotonicultura no Norte do Estado do Brasil no século XIX e XX²⁴, pouco se tem produzido sobre a primeira expansão da cotonicultura ainda no final do século XVIII, os impactos da transformação das tradicionais unidades produtivas sertanejas pecuaristas para uma agricultura mercantilizada e as transformações em relação o uso da terra e a força de trabalho. Portanto, esse projeto visa mapear essas unidades produtivas e perceber suas transformações ao longo da virada do século XVIII para o XIX.

Em 1799, D. Rodrigo já anunciava que a exportações de algodão do Brasil haviam aumentado para Portugal. Afirmou que

“a conservação do mesmo luminoso Sistema Político que une a segurança e estabilidade do Trono com a Pública Prosperidade, mantida e sustentada com superior firmeza, a proteção decidida dada ao Comércio Nacional, e de que se sentem os mais felizes efeitos com a chegada de tão repetidos comboios. [...] o aumento que tem tido o consumo de todas as nossas manufaturas no Brasil tem movido também o Nosso Grande e Augusto Príncipe a procurar dar à fiação dos nossos Algodões toda a extensão de que ela pode ser suscetível”²⁵

O principal produto do Brasil que era objeto de comércio a partir de Portugal para a Inglaterra nesse período foi o algodão. Foi o algodão, que, para Sven Beckert, “*é a chave para entender o mundo moderno, as grandes desigualdades que o*

²³ POMERANZ, Kenneth. **A grande divergência**: a China, a Europa e a construção da economia mundial moderna. Lisboa: Edições 70, 2013, p. 85.

²⁴ TAKEYA, Denise Monteiro; LIMA, Hermano Machado Ferreira. **História político-administrativa da agricultura do RN – 1892/1930**. Natal: EDUFRN, 1987; Maria do Livramento Miranda Clementino. **O maquinista de algodão e o capital comercial**. Natal: EDUFRN, 1987; João Emanuel Evangelista. **Tear de homens: relações de poder em fábricas têxteis**. Natal: EDUFRN, 2000.

²⁵ COUTINHO, D. Rodrigo de Souza. **Discurso para a Sociedade Real Marítima**. C. 1799. BNRJ, Col. Linhares, I-29, 13, 23.

caracterizam, a longa história da globalização e a economia política do capitalismo sempre em mudança”.²⁶

As exportações de algodão do Brasil para a Inglaterra, mesmo depois de estabelecida a paz, com o reconhecimento da independência dos Estados Unidos pela Inglaterra no final do século XVIII, continuaram a aumentar. Parte menor da remessa era destinada às fabricas portuguesas, e a maior parte aos teares ingleses, notadamente, os de Manchester. “*Se o Novo Mundo não tivesse proporcionado quantidades enormes de fibras têxteis*”, como bem afirmou Kenneth Pomeranz, “*a precocidade da Europa na mecanização da fiação e da tecelagem talvez parecesse mais uma curiosidade interessante do que a pedra de toque de uma grande transformação*”²⁷.

Os planos de economia política de D. Rodrigo tiveram sucesso: a corte portuguesa chegou em salvaguarda ao Brasil e os portos foram abertos às nações amigas: a Inglaterra. Esta, por sua vez, estabeleceu a Sociedade de Mercadores Ingleses no Brasil e passou a exportar o algodão direto para Inglaterra, sem mais passar por Lisboa, enterrando por vez, o exclusivo colonial.

REFERÊNCIAS

- ABBOT, Jason. *Haute finance*. In: R. J. Barry Jones. (Ed.). **Routledge Encyclopedia of International Political Economy**. Vol. 02. London/New York: Routledge, 2001.
- ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do Império**: questão nacional e questão colonial na Crise do Antigo Regime Português. Lisboa: Edições Afrontamento, 1993.
- BECKERT, Sven. **Empire of cotton**. A global history. New York: Alfred Knopf, 2014.
- BOHÓRQUEZ, Jesús. **Luces para la economía**. Libros y discursos de economía política en el Atlántico español durante la era de las revoluciones (Nueva Granada, 1780-1811). Bogotá: ICANH, 2013.
- BOLDIZZONI, Francesco. **The poverty of Clio**. Resurrecting economic history. Princeton: Princeton UP, 2011.
- BORGES, José Ferreira. **Instituições de economia política**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1834.
- BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

²⁶ BECKERT, Sven. **Empire of cotton**. A global history. New York: Alfred Knopf, 2014, p. 33.

²⁷ POMERANZ, Kenneth. **A grande divergência**: a China, a Europa e a construção da economia mundial moderna. Lisboa: Edições 70, 2013, p. 85.

- CÂMARA, Manoel da Arruda. Memória sobre a cultura dos algodoeiros, 1799. In: VELLOSO, José Mariano da Conceição. **O fazendeiro do Brasil**: cultivador. Tomo V, parte I. Lisboa: Imprensa Régia, 1806.
- CARDOSO, José Luís . Silva, Andrée Mansuy-Diniz, Portrait d'un Homme d'État : D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812, **Ler História**, nº 54, 2008.
- CARDOSO, José Luís. **A Economia Política e os dilemas do Império Luso-Brasileiro** (1790-1822). Lisboa: CNCDP, 2001.
- CARDOSO, José Luís. **História do pensamento económico português**. Temas e problemas. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.
- CARDOSO, José Luís. **O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII**, 1780-1808. Lisboa: Estampa, 1989.
- CARVALHO, Marieta Pinheiro de. **Estado e Administração no Rio de Janeiro joanino**: a Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil (1808-1821). Tese de Doutorado em História Política. IFCH-UERJ, Rio de Janeiro, 2010.
- CASSIRER, Ernest. **Filosofia das formas simbólicas I – a linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CHICHORRO, José de Abreu Bacellar. **Memória económico política da Província da Extremadura**, 1795. Manuscrito publicado por Moses Bensabat Amzalak. Lisboa: s/e, 1943.
- DIAS, Thiago A. **Monopólio indireto**: colonização mercantil no Norte do Estado do Brasil (c. 1710-c.1780). Tese (Doutorado em História Económica). São Paulo: USP, 2017.
- ESTRADA, Don Álvaro Florez. **Elementos de economía política**. Madri: Don Miguel de Burgos, 1841.
- GARNIER, José. **Elementos de economia política**. Madri: Imprensa Ryvadeneira, 1848.
- GOMES, Leonard. **Foreing trade and the Nacional Economy**. Mercantilist and classical perspectives. London: Macmillan Press, 1987.
- HECKSCHER, Eli F. **La época mercantilista**. Historia de la organización y las ideas económicas desde el final de la Edad Media hasta la Sociedade Liberal. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.
- HOBSBAWN, Eric. J. **A Era das Revoluções**: 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, ciência e saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2009.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A utopia do poderoso império**. Portugal e Brasil: bastidores da política (1798- 1822). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- MARRECA, Antonio de Oliveira. **Noções elementares de economia política**. Lisboa: Typ. Contador Mor, 1838.
- MEIRELLES, Juliana G. **Política e cultura no governo de D. João VI** (1792-1821). Campinas: UNICAMP, 2013.

- MELO, José Antônio Gonsalves de. **Manuel Arruda da Câmara**: obras reunidas, c. 1752-1811. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.
- MONTCHRÉTIEN, Antoyne de. **Traicté de L'Economie Politique**, 1615. Paris: Plon et Nourrit, 1889.
- MORENO, Carmen Tereza Coelho. **Coleção Linhares**. Lisboa: CNCDP/Centro de Estudos Damião de Góis, 2000.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: A política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 498-526, jul./dez. 2014.
- PERROT, Jean-Claude. **Une histoire intellectuelle de l'économie politique**. XVII^a-XVIII^a siècle. Paris: Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1992.
- PETTY, William. *Aritmética Política*, 1690. In: William Petty; David Hume; François Quesnay. **Os economistas**. São Paulo: Abril cultural, 1983.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**. As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- POMERANZ, Kenneth. **A grande divergência**: a China, a Europa e a construção da economia mundial moderna. Lisboa: Edições 70, 2013.
- PRADO JR., Caio. História quantitativa e método da historiografia. **Debate e crítica**. Revista quadrimestral de Ciências Sociais, nº 06, Jul. 1975.
- REBELO, Manuel Joaquim. **Economia política**, 1795. Lisboa: Banco de Portugal, 1992, p. 11. (Col. Obras Clássicas do Pensamento Econômico Português, nº 4).
- REINERT, Sophus. **Translating Empire**. Emulation and the origins of Political Economy. Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press, 2011.
- SANTOS, Nívia Pombo C. dos. **Dom Rodrigo de Sousa Coutinho**: pensamento e ação político administrativa no Império Português 1796-1812. São Paulo: Hucitec, 2015.
- SAY, Jean-Baptiste. **Tratado de Economia política**, 1803. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SCHMOLLER, Gustav. **The mercantile system and its historical significance**, 1884. New York: The Macmillan Company, 1902.
- SILVA, Ana Rosa Cloclot da. **Inventando a Nação**: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros no crepúsculo do Antigo Regime Português: 1750-1822. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.
- SILVA, Andrée Mansuy Diniz (Dir.). **D. Rodrigo de Souza Coutinho**: textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811). 2 vols. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.
- SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. **Portrait d'un homme d'état, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, comte de Linhares**, 1755-1812. 2 vols. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003-2006.
- SISMONDI, Jean-Charles-Léonard Simonde de. **Novos princípios de Economia Política**, 1819. Curitiba: Segesta Editora, 2009.

SMITH, Adam. Sistemas de Economia política, 1776. In: _____. **A Riqueza das Nações**. Investigação sobre sua natureza e suas causas. (1º ed. 1776). Vol. 01, Livro 04. São Paulo: Abril Cultural, 1983.